

QUE PITO FOI ESSE?

RESUMO

Este artigo se propõe analisar a partir da fala de Douglas Elias Belchior, pré-candidato a deputado federal pelo PSOL paulista como os partidos políticos brasileiros atuam e colaboram para a preservação da sub-representatividade da população negra brasileira no Legislativo.

O artigo se propõe demonstrar igualmente a utilidade de candidatos e eleitores negros como forma de destinação de benefícios eleitorais a certos candidatos mais ricos e brancos que sem votos suficientes para se tornarem parlamentares, estes se tornam dependentes dos resultados eleitorais insuficientes das candidaturas negras pobres e periféricas, as quais poderão ser lhes muito uteis por ocasião do computo final das urnas eleitorais.

Nesta perspectiva, os partidos políticos por sua vez, visando auxiliar parte dos candidatos mais ricos e brancos, incentivam a proliferação das candidaturas negras econômica e financeiramente desestruturadas no interior das legendas partidárias controladas majoritariamente por descendentes de europeus.

Os brasileiros descendentes de africanos escravizados no Brasil, não obstante serem maioria entre os brasileiros, estes são, contudo, artificialmente impedidos de ocuparem os espaços de visibilidade positiva, prestígio e poder, dimensões aparentemente reservadas para ocupação exclusivamente das elites brasileiras brancas dominantes com o propósito delas terem o privilégio de decidirem e darem sempre a última palavra.

PALAVRAS-CHAVES: Partidos políticos brasileiros, Sub-representatividade legislativa, Racismo, Proliferação de candidaturas negras pobres e periféricas, Utilidade do voto da população negra brasileira, Elites brasileira brancas dominantes.

ABSTRACT

WHAT REBUKE WAS THIS ?

This article proposes to analyze from the speech of Douglas Elias Belchior, pre-candidate to federal deputy by the São Paulo PSOL as the Brazilian political parties act and collaborate to the preservation of the sub-representativeness of the Brazilian black population in the Legislative.

The paper also proposes to demonstrate the usefulness of black candidates and voters as a way of allocating electoral benefits to certain richer and white candidates who, without sufficient votes to become parliamentarians, become dependent on the insufficient electoral results of poor and peripheral black candidates , which could be very useful to them during the final compute of the electoral ballot boxes.

In this perspective, political parties, in turn, aimed at helping some of the richest and whitest candidates, encourage the proliferation of black economic and financially unsuccessful candidacies within party legends controlled mainly by descendants of Europeans.

Brazilians, descendants of Africans enslaved in Brazil, despite being a majority among Brazilians, are nevertheless artificially prevented from occupying the spaces of positive visibility, prestige and power, dimensions apparently reserved for occupation exclusively of the dominant white Brazilian elites for the purpose have the privilege of deciding and always giving the last word.

KEY-WORDS: Brazilian political parties, Legislative sub-representativeness, Racism, Proliferation of poor and peripheral black candidates, Utility of the vote of the Brazilian black population, Brazilian white elites dominating.

Que pito foi esse?

*Osmar Teixeira Gaspar*¹

Introdução

Este artigo é resultado de nossas análises parciais sobre a sub-representatividade da população negra brasileira nas dimensões do Poder Legislativo em suas três instancias. Estas nossas análises parciais são decorrentes de nossa Tese de Doutorado apresentada no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP em 2017.

A nossa abordagem sobre a temática da sub-representatividade da população negra nas instancias de poder no Brasil, longe de serem conclusivas, estas se prestam mais para suscitar o debate acerca dos diferentes mecanismos de exclusão social e política dos brasileiros negros na maioria dos espaços de visibilidade positiva, prestígio e poder na sociedade brasileira contemporânea.

Os negros, não obstante serem, segundo dados do IBGE, maioria entre os brasileiros, estes se encontram artificialmente afastados e sub-representados nas esferas de prestígio e poder como nas instancias do Legislativo, do Executivo e muito especialmente do Judiciário.

Observamos ao longo de nossa Tese de Doutorado que os partidos políticos brasileiros, independentemente de seu espectro ideológico, estes estão organizados para fazerem do voto da população negra brasileira exclusivamente uma utilidade.

¹ Osmar Teixeira Gaspar é ativista do Movimento Negro Brasileiro, pesquisador da temática racial no Brasil, Professor Universitário, Mestre e Doutor em Ciências pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, cuja Tese versou sobre *“Direitos Políticos e Representatividade da População Negra Brasileira na Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de São Paulo”*

Nesta perspectiva, os partidos políticos brasileiros visando colher benefícios políticos, sutilmente incentivam a proliferação de candidaturas negras pobres e periféricas, economicamente desestruturadas, emocionalmente debilitadas para concorrerem e, na maioria das vezes, também para elas perderem as eleições.

Suas derrotas acabam em considerável medida sendo uteis para as idiossincrasias das elites brasileiras que se encontram ancoradas no interior destes partidos.

O objetivo das classes políticas brasileiras dominantes é, antes de qualquer outra coisa, transformar certas candidaturas negras ao Legislativo em seus operários sem salários, os quais, na maioria das vezes, irão operar uma engrenagem política previamente constituída para gerar dividendos políticos exclusivamente às oligarquias em que se inscrevem as elites brasileiras brancas dominantes.

No presente a engrenagem parece se reproduzir similarmente como outrora. Os negros escravizados não recebiam salários pelo trabalho realizado. No pós abolição, os candidatos negros transformados pelas elites políticas brasileiras em operários-candidatos também não. Nas duas situações, negros são explorados para destinarem benefícios financeiros, prestígio e poder para os mais ricos e brancos no Brasil.

O jogo de poder político no Brasil é de certa forma, muito previsível do ponto de vista dos resultados eleitorais, onde os mais pobres e negros quase sempre poderão ser derrotados nas urnas para benefício dos mais ricos e brancos, os quais fazem do fracasso de certas candidaturas negras pobres e periféricas, o sucesso das suas.

Os brasileiros negros tem costumeiramente arcado com os prejuízos eleitorais que, por sua vez, estes prejuízos tem igualmente colocado obstáculo à sua maior mobilidade social e política ascendentes.

A recente entrevista do jovem ativista do Movimento Negro Brasileiro e pré-candidato deputado federal pelo PSOL paulista, Douglas Elias Belchior concedida ao jornalista Luis Adorno e publicada pelo Portal UOL do Jornal Folha de São Paulo em 23 de Julho último, serviu de guia para muitas de nossas reflexões externadas neste texto.

Como foi igualmente importante para considerarmos as várias formas de racismo na sociedade brasileira a partir das análises do Racismo Estrutural Brasileiro elaboradas por estudiosos como Conceição (2011), da Branquidade de Munhoz (2015) que se funde com a Branquitude de Schucmann (2012) ou das análises preciosas sobre o racismo brasileiro na expertise do Scholar Kabengele Munanga (2004) sobre como boa parte da sociedade brasileira vê ou intencionalmente não vê racismo em nosso país, além da colaboração de muitos outros importantes estudiosos deste tema.

O leitor irá reiteradas vezes ao longo desta nossa singela contribuição para se pensar o racismo brasileiro também no interior dos partidos políticos brasileiros, se deparar com a expressão elites brasileiras brancas dominantes. Imaginamos que seja necessário apontar como estas elites estão organizadas para se perpetuarem no poder. O emprego desta frase visa apontar alguns dos muitos agentes responsáveis pela sistematizada exclusão social dos brasileiros negros, a fim de não deixar dúvidas quanto as contribuições e responsabilidades parciais deste grupo de brasileiros mais ricos, o qual pode estar colaborando diretamente para a manutenção e também para a ampliação da sub-representação legislativa da população negra brasileira contemporânea.

Portanto, este artigo, a partir das declarações de Douglas Elias Belchior, espera colaborar com o debate acerca da utilidade do voto da população negra brasileira e suas recorrentes derrotas para o Legislativo, não obstante os brasileiros negros serem maioria, inclusive entre os mais pobres no Brasil.

Estamos supondo que a sociedade brasileira não pode se dar ao luxo de se declinar da importante e indispensável contribuição dos brasileiros descendentes de escravizados para a solução de seus graves problemas sociais., tampouco podem os brancos pobres que, em face da atual Constituição Federal que acertadamente assegura igualdade de direitos entre os brasileiros, estes se beneficiarem dos resultados produzidos pelas árduas lutas empreendidas pelos múltiplos movimentos negros brasileiros, não obstante tirarem os brasileiros brancos pobres consideráveis proveitos dos benefícios resultantes dos enfrentamentos da população negra brasileira mais pobre por igualdade de direitos, ainda assim, esses beneficiários brancos negam solidariedade política àqueles que por eles, em extensa medida, também lutam para incluí-los socialmente.

O racismo institucionalizado no Brasil produz não exclusivamente desigualdades sociais como reproduz também inúmeras ambiguidades, onde os brasileiros brancos pobres ainda que miserabilizados pelas mesmas classes dominantes sentem-se hierarquicamente superiores aos brasileiros negros, negando-lhes por isso, todo tipo de solidariedade e reconhecimento de igualdade de direitos.

Neste particular, o grito de Douglas Belchior por autonomia política e igualdade de direitos no interior dos partidos políticos brasileiros, torna-se crucial para compreender parte de nossa modesta contribuição para esse episódio, abordado por nós no texto que ora o oferecemos para um debate plural com vistas a se buscar soluções pacíficas visando se reduzir todo tipo de diferenças sociais nas quais se inscrevem os brasileiros negros na sociedade brasileira contemporânea.

QUE PITO FOI ESSE ?

A reportagem de autoria do jornalista Luís Adorno, publicada pelo Portal UOL do Jornal Folha de São Paulo no último dia 23 de Julho de 2018 tem provocado acalorados debates em torno das declarações atribuídas ao historiador e pré-candidato a deputado federal pelo PSOL de São Paulo, Douglas Elias Belchior.

Segundo a reportagem, Belchior teria afirmado que seu partido seria tão racista quanto os demais partidos políticos brasileiros.

Nesse sentido, estamos partindo da premissa que primeiro seria necessário se apurar se Douglas Belchior teria dito algum tipo de inverdade a respeito da cultura política nacional ou do comportamento dos partidos políticos brasileiros que sempre racializaram suas opções e ações políticas a favor dos brasileiros mais ricos e brancos desde o início do Período Colonial à República. (1500 – 1889).

Assim, de igual modo, boa parte da sociedade brasileira se comporta em relação às candidaturas negras populares, negando-lhes costumeiramente solidariedade política nas urnas, não exclusivamente os brancos, mas inclusive parte considerável também dos próprios negros que, supostamente em razão de não compreenderem totalmente o jogo político e importância de se fazer representar proporcionalmente no Legislativo, parte dos eleitores negros ao se comportar desta forma, pode estar agindo contra os seus próprios interesses políticos.

Sendo a sociedade brasileira uma sociedade héteronormatista e politicamente racista, ela não se reconhece racista, tampouco se admite sê-la minimamente racista.

A constituição de narrativas nos espaços públicos por parte das classes hegemônicas e reproduzidas pelos meios de comunicação de massa negando a existência do racismo na sociedade brasileira contemporânea, pode igualmente estar influenciando e confundindo parte dos eleitores negros para também negarem nas urnas a sua existência.

Sabe-se, por outro lado, que parte dos brasileiros mais ricos e brancos, em geral, tem um verdadeiro pavor que se lhes atribuam publicamente a antonomásia de racistas, possivelmente por acreditarem piamente na existência de suposta democracia racial no Brasil, não obstante as enormes diferenças sociais que saltam aos olhos dos menos atentos para esse gravíssimo problema social brasileiro.

Aliás, como bem já observou Munanga, (2004) boa parte dos brasileiros admite a existência do racismo no Brasil, porém, abertamente, em geral, os brasileiros não admitem sê-los racistas. Racistas são sempre os outros.

Portanto, ao que está nos parecendo, admite-se na sociedade brasileira que o racismo possa ser praticado desde que reservadamente. Belchior ao dizer em alto e bom som que os partidos políticos brasileiros são racistas, pode ter quebrado esse código do silêncio racial brasileiro, revelando explicitamente quem são os racistas e como estes agem no interior dos partidos políticos brasileiros.

Seria preciso compreender igualmente parte da história política brasileira, onde a cor da pele de certos indivíduos pode em determinadas situações ser determinante para a distribuição de justiça, como leciona o Professor Sergio Adorno do Núcleo de Estudo da Violência da USP.

“A cor é um poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça”. (Adorno 1995)

Contudo, estamos supondo que a cor da pele dos brasileiros negros seja igualmente um importante instrumento para a distribuição sistemática das diferentes formas de injustiças no Brasil.

Para Guimarães, no entanto, as elites brasileiras dominantes são “*politicamente conservadoras e racialmente cínicas*”. (Guimarães 2012)

Belchior pode ter desejado dizer aos partidos políticos brasileiros que eles não têm o direito ou tampouco estariam os partidos autorizados destinarem aos candidatos não negros as verbas do fundo partidário que, por direito, se presume, cabem aos candidatos e candidatas negras ao Legislativo.

O PSOL que fora atingido diretamente pelas críticas de Belchior, bem como os demais partidos que foram indiretamente também atingidos pelo duro golpe simbólico desferido pelo pré candidato a deputado federal, o PSOL fez uso do mesmo artifício outrora já utilizado por outras instituições brasileiras públicas ou privadas, geralmente geridas por brasileiros brancos. O partido buscou um interlocutor negro para justificar o que está nos parecendo ser injustificável.

Assim, toda vez que os negros conseguem com habilidade se antecipar às estratégias formuladas por brasileiros brancos para mantê-los afastados destes espaços controlados majoritariamente pelos descendentes de europeus, visando sobretudo por freios à sua mobilidade social ascendente por meio da adoção de ações políticas artificializadas, estas instituições, costumam, a rigor, escalar um outro negro para defendê-las e tentar reduzir o estrago causado em suas imagens por conta das denúncias que acabam revelando os seus artifícios e especialmente tornando público o seu modo de agir, antes não revelados.

Desse modo, não raras vezes estas instituições ordenam para que o seu interlocutor negro as defenda através da reprodução de uma frase

inverídica que deu título ao livro de Kamel, a qual nunca convenceu os ativistas negros brasileiros “*não somos racistas*”.

O PSOL, a exemplo do governo do Estado de São Paulo na década de oitenta, período em que o economista Benedito Pio da Silva, do antigo Banespa – Banco do Estado de São Paulo, elaborou por ordem não explícita do Governo do Estado de São Paulo, um documento intitulado “*Censo Demográfico de 1980*”, com o propósito implícito, segundo nos conta Carneiro (2002), de esterilizar as mulheres negras brasileiras, a fim de impedir que os brasileiros negros pudessem no futuro, nas palavras de Pio da Silva, “*mandar na política*”, por conta do vertiginoso crescimento demográfico dos brasileiros negros, como salientou Gaspar (2017).

O partido de Belchior, cuja fala não se restringia ao comportamento de seu partido no estado de São Paulo, mas ao seu comportamento no plano nacional, este também tratou logo de fazer uso do mesmo mecanismo de defesa utilizado pelas oligarquias para negar o racismo no Brasil. O PSOL precisava dar uma resposta à sociedade a respeito da contundente fala de seu filiado.

Embora Juninho, presidente estadual do partido de Belchior seja também um guerreiro na luta antirracista para a inclusão social da população negra brasileira, suas palavras antes de qualquer outra coisa, revelam que os partidos políticos brasileiros escolhem e têm preferência por determinados candidatos. Segundo declarou o dirigente partidário, “*Belchior está entre as prioridades*”

Estar entre as “*prioridades do partido*” pode significar que a legenda poderá destinar certos privilégios para alguns candidatos que o Psol deseja e aposta em suas vitórias para o Legislativo, por exemplo.

Por outro lado, não estar na lista das prioridades da agremiação partidária, poderá significar para alguns candidatos serem apenas uteis às

pretensões da legenda, como pode significar também ficarem sem voz e marginalizados no interior do partido.

Belchior, considerando o histórico comportamento dos partidos políticos brasileiros em relação à população afro-brasileira, pode, em larga medida e com acertada razão ter feito esta leitura, pois não pretende ser apenas útil ao partido que o agasalha. O candidato não deseja apenas disputar as eleições. Ele deseja vencê-las com o integral, indispensável e efetivo apoio de seu partido.

Igual pretensão de vitória pode ser esperada também dos demais candidatos e candidatas negros alocados em diferentes partidos políticos. Os quais, em parte, mesmo não tendo se manifestado explicitamente com a mesma firmeza de Belchior em relação a seus partidos, o silêncio de alguns candidatos e candidatas, não pode jamais ser entendido como anuência dos postulantes negros ao Legislativo, em face de supostos tratamentos burocráticos que certos partidos políticos poderiam também lhes destinar.

Alem disso, Belchior parece ter plena consciência e conhecimento de como as organizações racialistas no Ocidente foram constituídas.

Segundo o filósofo afro-americano Charles Wade Mills, estas organizações foram constituídas para funcionarem sincronicamente em sociedades racialmente organizadas de modo que as posições sociais de brancos e não brancos sejam inflexíveis e racialmente hierarquizadas.

Os partidos políticos brasileiros podem, em considerável medida, estar atuando sutilmente para a preservação destas posições sociais inalteradas como sinalizou Mills.

Nesta perspectiva, a fala de Douglas Belchior pode ser igualmente entendida como um desejo dele de participar efetivamente do jogo político no Brasil. E, para tanto, pode se presumir que ele não pode ser dependente, tampouco pode aceitar receber menos do fundo partidário do que lhe cabe por direito.

Os partidos políticos brasileiros progressistas precisam compreender que não basta serem solidários às causas e demandas da população negra brasileira no Legislativo. É imperativo que eles, a exemplo da solidariedade estrutural e financeira que costumam oferecer e destinar para certos candidatos mais ricos e brancos, estas mesmas facilidades estruturais e financeiras poderiam ser também oferecidas e destinadas na forma de solidariedade política para certos candidatos negros mais vulneráveis.

O modo como os partidos políticos agem atualmente no Brasil em relação à população negra, tem servido mais, de um lado para a preservação das desigualdades sociais dos brasileiros negros e de outro, para a expansão do domínio cada vez maior das elites brasileiras brancas dominantes nos espaços de poder e tomadas de decisões políticas.

A leitura antecipada do pré-candidato sobre os possíveis artifícios de seu partido para facilitar a candidatura de alguns de seus candidatos prediletos e dificultar a sua candidatura, é algo que a legenda pode não ter desejado que se revelasse publicamente.

Afinal, sabe-se que o monopólio da representação parlamentar rigidamente concentrado nas mãos destas elites que fizemos referencia linhas acima, é também uma forma nítida de dominação racial ideológica, econômica e muito especialmente de subordinação política da população negra brasileira nas dimensões do Legislativo nacional.

Os brasileiros descendentes de europeus mais ricos estão organizados não exclusivamente para monopolizarem as instancias políticas, mas sim para terem o controle de todas as dimensões de prestígio e poder no Brasil, incluindo-se obviamente os partidos políticos.

O objetivo é preservar a hegemonia política das classes dominantes que, visando proteger os seus patrimônios e interesses de toda sorte, estas, por sua vez, podem não desejar correrem o risco de ver seus seculares privilégios serem questionados, reduzidos ou extintos pelos mesmos

caminhos constituídos por elas também pela via legal. Isto é, no espaço que elas costumam controlar isoladamente seus privilégios, o Legislativo.

Um risco político bastante possível a partir da maior presença de mulheres e homens negros investidos como legisladores, os quais poderão, a partir de suas investidas nesta dimensão de poder como parlamentares, tomarem decisões antes artificialmente proibidas aos negros, por meio da negação de solidariedade política. Desse modo, os parlamentares negros poderão principalmente tomar decisões consuetudinárias também em nome dos brasileiros mais ricos e brancos.

No entanto, sabe-se que os brasileiros mais ricos e brancos não desejam jamais que descendentes daqueles que foram outrora escravizados por seus antepassados possam na contemporaneidade falar e tomar decisões em seu nome.

As dimensões do Legislativo, portanto, é, por óbvio, um espaço de resistência das oligarquias brasileiras dominantes que têm no poder de constituírem as leis, por maioria, a preservação de seus domínios reconhecidos como Normas jurídicas socialmente justas, pois estas são originárias e aprovadas supostamente pelo povo que mesmo se encontrando minorizado neste espaço, se faz representar em assembleia para aprová-las.

O Legislativo brasileiro pode estar sendo usado pela minoria branca dominante para legitimar pela via legal, projetos de poder moralmente ilegítimos em razão da naturalização da ausência de negros ou da presença desproporcional da maioria negra nos espaços de poder e tomada de decisões políticas em nosso país.

Estamos diante de um modelo onde os mais ricos e brancos sempre levam consideráveis vantagens políticas a fim de conservarem seus privilégios inalterados.

Portanto, para as EBBD², admitirem que os negros possam assumir o papel de “*Law-Makers*”³, em algumas situações, esta admissão poderia significar um certo afrouxamento nos artifícios de dominação que as classes dominantes brasileiras constituíram para seu controle e benefícios exclusivos, com o propósito de hierarquizar e muito especialmente para perpetuarem as relações de mando e obediência entre negros e brancos no Brasil, também pela via legal.

Afinal, o Poder Legislativo inscreve-se como um poder magistral, não se prestando exclusivamente a constituir leis, mas sutilmente pode em determinadas situações limites, se prestar igualmente para ameaçar, impor condição e reduzir também pela via legal, o poder de outras instancias de poder, por analogia.

Assim pode se supor que os financiadores dos partidos políticos brasileiros oriundos do grupo que se constitui hegemônico em termos de poder em nosso país, podem, artificialmente instruir seus financiados a utilizarem-se de certos métodos aparentemente arditos, como destinar aos concorrentes negros por sua legenda, percentual do fundo partidário muito menor que o percentual que estamos presumindo, seja destinado para outros concorrentes no mesmo partido com mandato no Legislativo, por exemplo.

Portanto, os partidos políticos brasileiros podem estar sendo pressionados por seus financiadores particulares com vistas a não permitirem a ampliação de homens e mulheres negras como legisladores, a fim de que os partidos políticos cumpram a sua parte do acordo que envolve os doadores particulares e os partidos políticos brasileiros. Isto é, atuarem como um filtro para reduzir e colocar freios a um possível risco político que as elites brasileiras poderiam estar sujeitas em face do aumento

² EBBD, Elites brasileiras brancas dominantes.

³ “*Law-Makers*”, legisladores, numa tradução livre nossa.

de parlamentares negros autônomos, com pautas próprias, progressistas e supostamente contrários aos interesses políticos e econômicos das classes brasileiras dominantes.

Esta situação que envolve de um lado, particulares com seus interesses próprios como doadores mascarados de financiadores de campanha política e do outro, os partidos políticos como financiados e beneficiários por um sistema onde os doadores previamente indicam às legendas quais candidatos devem receber ou não as suas doações legais.

Portanto, os doadores particulares no Brasil, têm, implicitamente, consideráveis influências na distribuição e direcionamento de parte da verba que eles doam aos partidos políticos brasileiros. Ou seja, os grandes doadores determinam e os partidos políticos cumprem regimento as ordens que lhes são impostas pelas classes economicamente dominantes.

Desse modo, a distribuição da verba do fundo partidário pode não ser uma atribuição exclusiva dos partidos políticos brasileiros, mas uma determinação indireta daqueles estratos que controlam internamente a dinâmica dos partidos políticos no Brasil, as classes hegemônicas.

Neste particular, poderiam os legisladores pensar como solução regular para se corrigir esta distorção que preferencialmente acolhe alguns para intencionalmente excluir muitos, a adoção do financiamento público das campanhas políticas com regras justas e equânimes.

A entrevista de Douglas Elias Belchior pode ser interpretada também em face deste comportamento preferencial dos partidos políticos brasileiros contemporâneos por determinados candidatos, se presume, um comportamento insólito dos partidos político brasileiros. O qual pode ser, para muitos, imperceptível e parecer inofensivo para outros, é, no entanto, amplamente prejudicial para muitos candidatos, especialmente para aqueles candidatos, socialmente mais vulneráveis. Estes, em geral, não costumam

gozar da preferência dos partidos políticos para efetivamente se tornarem parlamentares.

Ao invés disto, os candidatos não preferenciais, são marginalizados também no interior de suas próprias legendas, como deixou transparecer a fala do presidente do PSOL paulista ao confirmar a existência de uma lista de preferência interna na legenda.

Os partidos políticos brasileiros, a exemplo da maioria dos espaços de visibilidade positiva e poder na sociedade brasileira, são, em geral, controlados e geridos pelos brasileiros descendentes de europeus mais ricos.

Os dirigentes partidários, por sua vez, também podem não estar isentos de pré-conceitos construídos por europeus e seus descendentes acerca dos africanos muito antes da chegada destes ao Brasil na condição de escravizados.

Assim, de igual modo, tampouco conseguem os dirigentes partidários, a exemplo de outros setores da sociedade brasileira, livrarem-se totalmente acerca de certas práticas racistas e constantes hábitos de violência simbólica enraizada e naturalizada em nossa sociedade contra os brasileiros descendentes de escravizados. Presume-se, exclusivamente em razão de sua origem social e cor de sua pele negra.

Nesta perspectiva, pode se supor que certos dirigentes partidários, mesmo em partidos progressistas como o PSOL, tragam para o interior de suas legendas, parte destas práticas deploráveis de violência racial e hierarquizante do “*outro*”, possivelmente aprendidas no interior de seus lares.

O racismo e a exclusão social no Brasil se aprendem e se cultuam também no ambiente familiar entre quatro ou mais paredes.

Desse modo, pode se imaginar que o interior de certos lares brasileiros tenham sido impregnados pelo emprego da violência

naturalizada contra os brasileiros negros em razão do longo período de desumanização e escravização de seres humanos no Brasil.

Estamos supondo que alguns dos atuais dirigentes partidários podem ser os herdeiros desta violência racial que naturaliza a ausência de negros da maioria dos espaços de visibilidade positiva, prestígio e poder na sociedade brasileira. Como podem ser igualmente reprodutores desta violência no interior de seus partidos políticos na contemporaneidade.

Nesta circunstancia, pode, supostamente, ter ocorrido que por conta do escravagismo no Brasil, em certos ambientes familiares brasileiros desde o início do período colonial (1500) aos dias atuais, estes lugares tenham sido, de alguma forma, transformados em uma espécie de laboratórios de praticas raciais e da naturalização de toda forma de violência contra os negros.

Local onde boa parte dos dirigentes partidários pode ter sido forjada por esta estrutura familiar, possivelmente com reduzido respeito aos direitos humanos e socialmente deformadora. Especialmente se levarmos em consideração que todos nós reproduzimos em sociedade parte do que aprendemos com os nossos pais no interior de nossos lares.

Estes costumes são, em larga medida, implicitamente aprovados e naturalizados pela sociedade que, não os reprovando moralmente, os legitima, os reconhece, os normatiza e autoriza seu uso amplamente em sociedade.

Por esse ponto de vista, as declarações de Douglas Belchior podem ser compreendidas como um alerta, não exclusivamente aos partidos políticos, mas destinado também à sociedade brasileira que, se recusando reconhecer-se racista se vê surpreendida e assustada com as declarações do pré-candidato a deputado federal pelo PSOL paulista, querendo saber que pito foi esse?

Os partidos políticos brasileiros, por sua vez, também não desejam ser estigmatizados e tampouco desejam se reconhecerem como racistas, mesmo quando o resultado das urnas indicar que entre os 26 Governadores dos estados brasileiros eleitos na eleição de 2014, 25 destes, quase todos se aparentam brancos, e somente uma única mulher, também branca, fora eleita como governadora do estado de Roraima, Suely Campos, pelo Partido Progressista – PP.

A engrenagem para preservação das panelinhas caucasianas no Brasil, as quais têm permitido a ocupação dos espaços de visibilidade positiva, prestígio e poder concentrados majoritariamente nas mãos dos brasileiros descendentes de europeus mais ricos, tem funcionado perfeitamente nos arranjos políticos e se reproduzindo com muita eficiência também no interior dos partidos políticos brasileiros.

As panelinhas caucasianas, portanto, podem funcionar para que os brasileiros brancos sejam maioria nos mais diferentes espaços da sociedade brasileira, sejam eles públicos ou privados.

Desse modo, podem algumas pessoas agir especialmente com a finalidade de não reconhecerem as subjetividades da estrutura que faz funcionar a engrenagem que tem permitido aos brasileiros brancos ocuparem isoladamente as dimensões de prestígio, visibilidade positiva e poder no Brasil.

Seus reflexos podem ser observados com facilidade ao final de cada eleição. Quer a partir dos resultados e composições das Casas Legislativas no Brasil como similarmente podem ser observados na eleição para os cargos de prefeitos das capitais em 2016, onde entre os 26 prefeitos eleitos, todos brancos, há igualmente uma única mulher branca, Teresa Surita, eleita Prefeita de Boa Vista, Roraima, pelo PMDB, atual MDB.

Não há, portanto, atualmente no Brasil, uma única mulher negra ou tampouco exista um único homem negro eleito para cargos executivos majoritários. Quer para governador de estado ou para prefeito de capital.

Por esse prisma, pode se supor que os partidos políticos brasileiros não sejam exclusivamente racistas, mas também supostamente machistas, homofóbicos e excludentes.

Nunca houve na atual sociedade brasileira qualquer indignação pública da população brasileira ou resistências explícitas de setores de nossa sociedade contra as diferentes engrenagens políticas para manutenção das panelinhas caucasianas que, sem nenhuma oposição das Instituições públicas e civis, racializam igualmente a ocupação dos cargos executivos no Brasil.

O que se observa é o profundo silêncio não exclusivamente da sociedade, dos partidos políticos, mas similarmente do Ministério Público, do Poder Judiciário que, não podendo alegar ignorância a respeito da composição racial das Casas Legislativas como da composição racial dos governos dos estados e dos prefeitos das capitais a partir dos resultados das eleições no Brasil, considerando-se especialmente tratar-se de um Brasil cuja população é majoritariamente negra.

Neste horizonte, estamos supondo que estas Instituições públicas podem não ignorar totalmente que a composição racial das Casas Legislativas no Brasil e dos cargos para Governadores dos estados e Prefeitos das capitais brasileiras é resultado desta engrenagem racial previamente azeitada para funcionar e atender exclusivamente uma determinada parcela dos brasileiros mais ricos e brancos com o propósito de excluir todas as demais parcelas, especialmente aquela parcela dos brasileiros socialmente mais vulneráveis como os negros e indígenas.

O silêncio destas Instituições pode, a rigor, ser entendido como um sinal de aprovação, uma vez que Elas, de igual modo não podem ignorar a

existência dos resultados eleitorais produzidos por esta engrenagem racial na sociedade brasileira. Tampouco podem ignorar o seu *modus operandis*, funcionamento e os resultados decorrentes desta operação.

Como se sabe este mecanismo político fora edificado para permitir o controle social exclusivamente nas mãos das elites brasileiras brancas dominantes. Fora artificialmente elaborado, visando produzir e reproduzir eternamente toda forma de vantagens econômicas e políticas direcionadas apenas para este estrato que inscreve as oligarquias brasileiras que atuam politicamente no plano regional para terem influencia também no plano nacional.

Estes artifícios que lhes asseguram vantagens políticas e estruturais foram constituídos muito antes da formal libertação dos escravizados no Brasil. Os negros jamais estiveram reunidos em assembleias ou presentes na “casa grande” para concordarem ou discordarem desta engrenagem política formulada por brancos que tanto lhes causa prejuízos econômicos e sociais irreparáveis.

Portanto, esta engrenagem político-racial brasileira fora constituída e pensada exclusivamente por e para benefícios dos brasileiros mais ricos e brancos.

Os partidos políticos no Brasil, frutos desta engrenagem político-racial foram constituídos também com o propósito para funcionar sempre a favor destes estratos.

Dito de outro modo, em larga medida, a sociedade brasileira como suas Instituições, não apenas consentem como igualmente autorizam e aprovam o modelo de ocupação de poder no Brasil, o qual tem funcionado exclusivamente para perpetuação dos estratos mais ricos e brancos à sua frente.

Diante de um quadro inexoravelmente edificado para afastar os brasileiros negros dos espaços de poder, visando especialmente promover e

destinar benefícios para um único grupo de brasileiros, os descendentes de europeus mais ricos, como explicar racionalmente a partir dos resultados das urnas eleitorais para os cargos do Executivo nas últimas eleições de 2014 para governadores de Estado e da eleição de 2016 para Prefeitos das Capitais, em um país onde os negros formam a maioria entre os brasileiros?

Nota-se com extrema facilidade as contradições do modelo de democracia particular vigente no Brasil, uma vez que os brasileiros negros, mesmo nesta condição de formarem a maioria entre os brasileiros, ainda assim estes indivíduos se encontram permanentemente afastados e fora da estrutura de mando e poder no Brasil. Não porque os negros desejam, mas certamente em razão desta engrenagem que dá origem às panelinhas caucasianas que se fecham hermeticamente para impedir a todo custo maior presença de mulheres e homens negros no seu interior, pois boa parte dos paneleiros caucasianos supõe que autoridade e credibilidade sejam atributos exclusivamente seus. Ou que comandar os destinos políticos do Brasil, supostamente, seriam atributos exclusivamente dos brasileiros mais ricos e brancos.

Assim, como frágil justificativa poderão desejar alguns, com reduzida medida, alegar que os negros no Brasil não ocupam tais posições de mando por conta de suas reduzidas condições econômicas. O que não deixa de ser uma verdade parcial, pois suas vulnerabilidades sociais são decorrentes também de ações políticas racializadas com objetivos econômicos preferenciais e excludentes.

Em outras palavras, os negros não estão proporcionalmente alocados nestas dimensões de poder, não exclusivamente em razão de suas condições econômicas debilitadas e vulnerabilizadas, mas também por conta das diferentes formas de racismo que se pratica no Brasil. Algumas delas constituídas com o nítido propósito para por freios à sua mobilidade social

ascendente, a fim de impor limites à sua livre circulação nos ambientes controlados por brancos.

Por este ângulo e, a título de ilustração apenas, ao analisarmos superficialmente a ocupação dos cargos executivos nos Estados Unidos da América do Norte, constatamos que mulheres e homens afro-americanos estão a frente de prefeituras de pelo menos nove importantes capitais como São Francisco, Atlanta, Washington, New Orleans entre outras. Não obstante o racismo ainda estar também presente na sociedade estadunidense.

Por que os brasileiros negros a exemplo dos afro-americanos do norte não ocupam sequer uma única prefeitura de capital brasileira, não obstante serem maioria em nossa sociedade?

A naturalização da ausência do negro nas dimensões de visibilidade positiva, prestígio e poder no Brasil, pode ser explicadas igualmente a partir de importantes instituições públicas e privadas existentes em nosso país.

Existem outras esferas de prestígio e poder no Brasil, onde os brasileiros negros também estão sub-representados, quer como magistrados no Poder Judiciário, quer como procuradores ou promotores de justiça no Ministério Público, por exemplo.

Não obstante, já existem uma significativa parcela de brasileiros negros diplomados pelas mesmas instituições de ensino superior que seus colegas brancos investidos nestes cargos públicos, algumas mulheres negras e alguns homens negros com titulação de mestres e doutores, pós-doutores outorgados por renomadas universidades brasileiras e estrangeiras, mesmo com toda esta formação acadêmica e profissional invejáveis, em que pese as dificuldades de ingresso para essas notórias carreiras jurídicas por meio de concurso público, os brasileiros negros mesmo com as titulações acima mencionadas, portanto, dotados de suas

inquestionáveis humanidades, ainda assim, não estão minimamente representados também no interior destas dimensões de poder.

Assim como eles são também minorizados e não estão minimamente representados no interior dos grandes escritórios de advocacia Brasil afora.

As emergências das demandas jurídicas bilionárias que envolvem de um lado o Estado brasileiro e de outro lado grandes empresas particulares, estas disputas jurídicas revelam igualmente a naturalização da ausência de advogadas e advogados negros como patronos destas causas bilionárias que, independentemente de seus resultados finais, estas demandas são, a rigor, também patrocinadas por advogados oriundos dos mesmos grupos oligárquicos que se organizaram para estarem à frente dos espaços de poder no Brasil.

Estas demandas jurídicas costumam destinar a seus patronos previamente selecionados muito possivelmente em razão de seu pertencimento familiar, prestígio social e reconhecimento nacional.

Prestígio, notoriedade e reconhecimento profissional, poderão servir também para alavancarem, não exclusivamente as carreiras jurídicas de advogados, mas a sua projeção política como ex-advogado no cenário político nacional, visando pavimentar suas possíveis disputas como futuros parlamentares. Estes indivíduos que tendo suas imagens veiculadas diariamente em grandes emissoras de televisão e jornais impressos de circulação nacional, muito em razão do montante que envolve estas disputas jurídicas, estes conseguem associar as suas imagens do protagonismo repentino, a notoriedade, ao sucesso.

Imagens artificialmente solidificadas podem gerar dividendos políticos futuros a estes profissionais que, de certa forma, são indiretamente auxiliados por suas aparições diárias nos meios de comunicação de massa em razão de suas atividades profissionais.

Desse modo, em futura disputa para o Legislativo, estes profissionais já saem na frente de seus concorrentes ao Legislativo, como seus colegas advogados negros, podendo levar significativas vantagens sobre estes, pois suas campanhas políticas parecem começar muito antes das campanhas políticas de seus concorrentes para os mesmos cargos.

Como se vê, Belchior pode estar coberto de razões para dar um pito, também na sociedade brasileira que se negando a enxergar estas estruturas que amplificam as enormes diferenças sociais existentes em nosso país, sua indiferença pode estar ampliando as cada vez mais.

Como se pode observar por esse prisma, não é por acaso que os advogados e advogadas negras, não se encontram minimamente alocados nos grandes escritórios de advocacia no Brasil. Como também não é por acaso que em determinados partidos políticos brasileiros a distribuição das verbas do fundo partidário, não costuma alcançar proporcionalmente os postulantes negros ao Legislativo. Sua distribuição muito longe de ser equânime e justa, esta é antes seletivamente racializada.

Aplica-se para os advogados negros e outros profissionais de nível superior com formação de excelência, o mesmo mecanismo de exclusão e filtramento social adotado similarmente por certos partidos políticos brasileiros no momento da distribuição do fundo partidário para as candidatas e candidatos negros ao Legislativo.

Os negros brasileiros podem estar sendo preteridos destas dimensões de prestígio e poder, possivelmente em razão da cor de sua pele.

A mecânica de exclusão do negro no Brasil ocorre em diferentes instancias e instituições, visando se preservar o funcionamento sincronizado das panelinhas caucasianas para benefício exclusivo do grupo que se encontra rigidamente alocado no seu interior.

Portanto, a sub-representatividade dos brasileiros negros nestas dimensões de poder, não pode ser explicada exclusivamente pelo viés de

suas dificuldades econômicas estruturais, sob pena de se mascarar outros importantes elementos que contribuem e concorrem simultaneamente para ampliar sua exclusão social, como a atuação dos mecanismos do racismo brasileiro com propósito político, por exemplo.

Existe no Brasil uma cultura amplamente naturalizada da exclusão social dos negros brasileiros em diferentes ambientes de nossa sociedade que, em seu profundo silêncio tem contribuído para a preservação das diferenças sociais existentes entre os mais ricos e os mais pobres e negros.

Nesta perspectiva, para as elites brasileiras brancas dominantes rigidamente alocadas no interior dos partidos políticos brasileiros, é preciso reforçar o seu discurso inconsistente sobre a suposta existência de democracia racial entre os brasileiros, não obstante a inexistência de democracia racial entre os brasileiros já ter sido desmascarada muito antes por Florestan Fernandes na década de oitenta.

Insistem as classes dominantes brasileiras sobre sua suposta existência em nosso país, inclusive no interior dos partidos políticos. Como seria supostamente democrática, na visão destas oligarquias políticas, a distribuição dos recursos do fundo partidário.

A distribuição desses recursos no interior dos partidos políticos no Brasil, a julgar pela composição das Casas legislativa ao final de cada eleição, a distribuição nunca foi democrática.

O registro da fotografia dos eleitos no momento de sua posse contradiz esse discurso sobre a existência de uma suposta democracia racial no Brasil. Ao contrário, o registro fotográfico dos eleitos, demonstra que a distribuição dos recursos foi sempre seletiva e racista.

O golpe simbólico desferido por Belchior contra seu partido político, pode ter sido também endereçado às elites brasileiras brancas dominantes e atingido em cheio o seu discurso falacioso sobre a suposta existência de democracia racial no interior dos partidos políticos no Brasil.

A democracia no Brasil, como se sabe, é um frágil argumento rigidamente utilizado pelas elites brasileiras brancas dominantes com o firme o propósito para negar as diferenças e justificar as imensuráveis desigualdades sociais suportadas pelos mais pobres e negros.

Ora, por quais razões estas elites brasileiras alterariam o conteúdo de seu discurso inconsistente sobre a sua democracia particular no interior dos partidos políticos, dimensão em que elas, sem nenhuma oposição consistente, reinam e continuam controlando estas dimensões de poder isoladamente?

Torna-se necessário que os negros estejam alocados no interior dos partidos políticos brasileiros em maior numero para não apenas atuarem em favor de suas demandas políticas, mas especialmente para atuarem também como dirigentes partidários. É preciso que eles deixem de ser apenas eleitores para exercerem o poder dentro das agremiações partidárias.

A ausência da massa de negros como dirigentes partidários nestas dimensões, pode se presumir, tem facilitado e permitido as oligarquias que elas atuem sempre a favor da minoria em que elas estão inscritas.

Belchior, possivelmente não acreditando nesta falácia de uma democracia particular, tratou de dar nomes àqueles que tiram benefícios decorrentes do trabalho realizado pelos candidatos negros pobres e periféricos visando eleger certos candidatos mais ricos que não por acaso são brancos. Estes últimos, dispondo alguns deles de muito dinheiro, são, todavia, desprovidos de capital político suficientes para se elegerem com suas próprias forças, parlamentares.

Em outros termos, se outrora os colonizadores europeus eram dependentes da exploração da mão de obra escravizada para amealharem as suas enormes fortunas, no presente seus descendentes lançam mão da mesma mecânica de exploração utilizada por seus ancestrais para conseguirem êxitos em suas disputas ao Legislativo, tornando certos

candidatos e candidatas negras ao Legislativo úteis às suas pretensões políticas.

Desse modo, certos candidatos brancos ricos, desprovidos de capital político suficiente para se elegerem parlamentares são, a um só tempo, politicamente incompetentes e dependentes dos resultados eleitorais insuficientes de muitos candidatos e candidatas negras pobres, em decorrência da proliferação artificial de suas candidaturas incentivadas no interior do partido ou coligação que inscreve ambos os disputantes.

A proliferação de candidaturas negras pobres periféricas incentivadas no interior dos partidos políticos brasileiros é antes de qualquer outra coisa uma espécie de seguro para alavancar e proteger certos postulantes brancos e ricos ao Legislativo, parcialmente incompetentes na captação de votos para se tornarem parlamentares.

E, portanto, certos candidatos são dependentes do resultado insuficiente obtido pelas candidaturas negras pobres e periféricas, cujos resultados poderão ser úteis não exclusivamente aos partidos políticos para ampliarem suas bancadas nas dimensões do Poder Legislativo como poderão também ser úteis para a eleição de certos candidatos eleitoralmente incompetentes.

A proliferação das candidaturas negras desestruturadas, pobres e periféricas pode ser friamente calculada no interior dos partidos políticos brasileiros, pois quanto maior for a proliferação, menores poderão ser as chances de algum candidato negro conseguir se eleger ao Legislativo. A divisão no interior do mesmo grupo étnico pode estar sendo incentivada com objetivos políticos, obviamente não declarados por aqueles que tiram significativos benefícios destas candidaturas negras economicamente desestruturadas.

Em contra partida, a proliferação destas candidaturas negras pobres e periféricas poderá, contudo, tornar-se muito útil aos objetivos políticos de

seus concorrentes mais ricos e brancos que muito antes do início das eleições, podem planejar a utilização desta engrenagem com o propósito de transformar certos candidatos negros em seus auxiliares na captação indireta de votos válidos, mecanismo que poderá ao final das apurações eleitorais ser lhes politicamente benéfico.

Contudo, pode ocorrer que a população negra brasileira tenha consciência de que mesmo totalmente desestruturadas e desassistidas economicamente, a postulação das candidaturas negras pobres e periféricas é também uma forma de denúncia de como as classes dominantes brasileiras estão organizadas para impedir a ampliação de sua representatividade legislativa, servindo igualmente estas candidaturas de resistência e enfrentamento ao racismo estrutural e institucional brasileiro no interior dos partidos políticos.

Assim, os partidos políticos brasileiros podem artificialmente acionar esta engrenagem da proliferação destas candidaturas para seu suporte eleitoral que, a um só tempo, esta engrenagem política poderá ser inicialmente útil às legendas e posteriormente útil também aqueles candidatos mais ricos que não conseguiram com seus próprios esforços, votos suficientes para se elegerem parlamentares.

Todavia, estes futuros legisladores mais ricos e brancos poderão não somente se beneficiar pelo trabalho realizado pelas candidaturas desestruturadas pobres negras e periféricas, através da metodologia do quociente eleitoral e partidário, como poderão se tornar legisladores, exclusivamente em razão desta proliferação sutilmente incentivada para lhes gerar benefícios eleitorais muitos previsíveis.

Portanto, em algumas situações, os votos obtidos por estas candidaturas negras completamente desestruturadas e emocionalmente abaladas, inscritas em um niilismo indelével, mesmos nesta circunstância,

colaboram muito especialmente com o seu trabalho para que os partidos políticos brasileiros consigam presidir certas dimensões do Legislativo.

Por isso, a proliferação destas candidaturas economicamente prejudicadas é altamente incentivada no interior de todos os partidos políticos brasileiros. Possivelmente, não com objetivo de seus postulantes mais pobres e negros se tornarem legisladores, mas exclusivamente para estes candidatos se tornarem candidatos-operários úteis as pretensões políticas das elites brasileiras brancas dominantes.

Portanto, a fala de Belchior pode ser interpretada também como se fosse um grito dos políticos negros sufocados pela falta de autonomia política, igualdade de direitos e liberdade no interior de seus partidos políticos, pois os brasileiros mais ricos e brancos sempre estiveram organizados não exclusivamente para administrarem a justiça a seu favor e benefício, mas, sobretudo para controlarem o executivo e principalmente o Poder Legislativo, dimensão magistral onde são constituídas as leis que irão impor, não apenas uma subordinação, mas uma obrigação de fazer a todos.

Torna-se extremamente importante para as elites brasileiras dominantes que os parlamentares sejam seus representantes no Parlamento, juízes de dentro de seu círculo, isto é, oriundos das oligarquias brasileiras a fim de não permitir que juízes de fora deste círculo possam constituir leis, ainda que justas para o conjunto da sociedade, não desejam, contudo, permitir que parlamentares fora de seu círculo de dominação possam eles falar em seu nome ou decidir sobre seus interesses particulares.

As elites brasileiras certamente não ignoram um possível risco que poderá representar para seus interesses particulares a maior presença de parlamentares não oriundos de seu círculo de controle e dominação.

Consequentemente, para preservar o controle das instancias de poder em suas mãos, torna-se crucial para as elites brasileiras brancas dominantes

que elas tenham igualmente total controle do Poder Legislativo para não permitir que este Poder possa produzir leis de alcance geral que não satisfaçam os seus particulares interesses econômicos, jurídicos e principalmente legislativos, a fim delas poderem formar maioria no interior das instancias de poder para terem o protagonismo de dar sempre a última palavra.

Dito de outra forma, as elites brasileiras se apoiam em um frágil discurso sobre a existência de uma suposta democracia igualmente frágil para justificarem a ausência desproporcional da maioria negra nos espaços de poder e, principalmente também para não se subordinarem jamais aos descendentes daqueles que elas outrora subordinaram pelo emprego da força e violência física.

Nesta perspectiva, as classes dominantes brasileiras sabem que elas precisariam retirar seus obstáculos artificialmente constituídos para colocarem freios a maior representatividade dos brasileiros negros no Legislativo.

De igual modo, as classes dominantes brasileiras precisaram similarmente reconhecer integralmente os negros também como seus legisladores regulares. Para tanto antes seria igualmente necessário que elas reconhecessem que os negros pudessem igualmente tomar decisões em seu nome no Legislativo e em outras instancias de poder.

Situação aparentemente muito difícil para as elites brasileiras brancas dominantes, quem outrora fez do constante emprego da violência física uma regra amplamente naturalizada contra os descendentes daqueles que precisariam confiar o seu destino.

Portanto, pode se presumir que as elites brasileiras brancas dominantes não ignoram a existência de uma dívida moral e material a ser saldada para com os brasileiros negros em razão da exploração da mão de obra escravizada por mais de três séculos e meio, como tampouco não

ignoram que seus privilégios sociais e fortunas são decorrentes desta exploração.

Sabe-se que não é usual carrascos oferecerem aos familiares de suas vítimas o machado como sinal de confiança e reconhecimento da violência praticada no cadafalso com vistas a demonstrarem para a sociedade um suposto arrependimento de seus atos de violência praticados. Ao contrário, os carrascos usualmente, a exemplo dos racistas, igualmente escondem os seus rostos ou usam de artifícios para não serem publicamente identificados, pois não desejam ser reconhecidos como algozes e tampouco desejam ser abertamente responsabilizados pelos familiares de suas vítimas.

Parece existir uma relação intrínseca na materialização das ações de violência simbólica e exclusão social que envolvem algozes e as elites brasileiras brancas dominantes que podem ser também racistas.

Por este ângulo, a maior presença de negros e negras no Legislativo como parlamentares pode simbolicamente representar para as classes políticas brasileiras dominantes a figura de um machado reluzente com sua lamina de corte afiadíssima em movimento descendente na sua direção. O qual precisa ter o seu curso artificialmente desviado e interrompido, não exclusivamente para preservação de sua sobrevivência, mas muito especialmente para a conservação de seus espaços de dominação seculares rigidamente inalterados, em razão de serem suas fontes de benefícios e privilégios na sociedade brasileira.

Portanto, torna-se indispensável para as elites brasileiras manterem os negros longes e afastados do machado, isto é, longes do Poder Legislativo, a fim delas poderem continuar a sua perpetuação de poder e controle em todas as instancias da sociedade brasileira.

Desse modo, não é difícil compreender as razões pelas quais as elites políticas brasileiras impõem rígidas restrições à mobilidade social

ascendente dos brasileiros negros. E, conseqüentemente, impõem igualmente enormes resistências à ampliação legislativa da população negra brasileira, a fim de não permitirem que os descendentes de escravizados possam realizar alterações legislativas que pudessem de alguma forma, reduzir a sua hegemonia política nesta dimensão de poder.

Afinal, o Legislativo é uma instancia de poder que pode por decisão coletiva dos parlamentares, impor pressão e reduzir poderes e privilégios de outras instancias de poder. Como pode igualmente destituir governos legitimamente eleitos sob os mais diversos pretextos políticos a fim de atender àqueles que em larga medida, financiam as campanhas políticas de boa parte dos congressistas.

Assim, pode se supor que legislar no Brasil contemporâneo seja coisa dos brasileiros mais ricos e brancos exclusivamente.

A vista disto, mesmo não estando totalmente investidas no Parlamento como legisladoras, ainda assim, as elites brasileiras brancas dominantes conseguem ter considerável influencia em todas as instancias de poder no Brasil, visando com isso protegerem e especialmente para preservarem o seu domínio e controle destes espaços de modo a não permitir que se procedam alterações que elas não legitimem ou tampouco que elas não desejam que se efetivem sem o seu prévio conhecimento, consentimento e anuência.

Neste horizonte, estas elites influenciam diretamente nas tomadas de decisões políticas, econômicas e principalmente jurídicas, pois exercem o poder de forma indireta para mandarem na política nacional. Para tanto, contam com inestimável assistência da mídia hegemônica a quem também financia e mantém funcionando os negócios desta.

A mídia brasileira hegemônica sutilmente faz de seus veículos de comunicação de massa, instrumentos de manipulação ideológica e pressão política para que os legisladores moralmente comprometidos com as

classes dominantes brasileiras se sintam pressionados por narrativas constituídas por esses meios hegemônicos com o propósito de os parlamentares atenderem e votarem as demandas políticas das classes dominantes. Isto é, votarem sempre a favor de suas financiadoras.

Desse modo, não é difícil compreender que esse grupo formado pelos brasileiros mais ricos e brancos, em parte, herdeiros dos resultados da espoliação da mão de obra e da escravização de africanos e seus descendentes brasileiros, tenham se organizado com o propósito de se eternizarem em todas as instâncias de poder e tomada de decisões políticas em nosso país. Obviamente sem a presença de “*outsiders*”⁴, a fim de não correrem qualquer tipo de risco quanto ao funcionamento regular da engrenagem que tem lhes conferido prestígio, benefícios financeiros e poder.

Assim, torna-se necessário compreender similarmente a função exercida por certas candidaturas negras pobres e periféricas, uma vez que em algumas situações, a utilidade de seus votos ultrapassam os limites de seus partidos para serem igualmente utilizados por outras legendas que não as suas, por ocasião da totalização da somatória dos votos obtidos por elas e composição final das Casas Legislativas. Nestas circunstâncias, os seus votos podem ser decisivos para destinar poderes e ampliar bancadas legislativas como podem ser cruciais também para reduzir poderes de certos partidos políticos brasileiros no Legislativo.

Em outras palavras, as candidaturas negras pobres e periféricas desestruturadas e coletivamente derrotadas pelas urnas, também coletivamente colaboram com o seu trabalho para destinar poderes aos partidos políticos.

⁴ “Estranhos” ou indivíduos que não pertençam a um determinado grupo, numa tradução livre nossa.

Sendo certo que os resultados individuais insuficientes dos candidatos negros pobres para o Legislativo, estes resultados negativos e insuficientes para a investidura no Legislativo, no entanto, coletivamente interessam muito diretamente aos partidos políticos brasileiros. Os quais poderão tirar significativos benefícios dos resultados negativos auferidos por essas candidaturas negras economicamente desestruturadas, ampliando a sua bancada através da complicada metodologia do quociente eleitoral partidário como já sinalizamos antes.

Dito de outro modo, os partidos políticos brasileiros transformam o infortúnio coletivo de certas candidaturas negras pobres desestruturadas financeiramente ao Legislativo em benefício eleitoral para a legenda e para os mais ricos.

Dito de outro modo, a massa de eleitores negros supostamente com reduzida leitura e compreensão do jogo político brasileiro, a exemplo de certas candidaturas negras pobres e periféricas ambas são a um só tempo, transformadas em utilidade para benefício dos partidos políticos brasileiros.

Se parte da massa de brasileiros negros eleitores não consegue perceber com nitidez esses artifícios que transformam certos candidatos negros em operários com o propósito deles com seus resultados eleitorais insuficientes beneficiarem os partidos políticos e seus candidatos mais ricos, Belchior, contudo, pode tê-los percebido. Pois, ao exigir que seu partido adote medidas justas na distribuição da verba do fundo partidário, fica evidente que o pré-candidato não desejando tornar-se um candidato exclusivamente útil aos interesses políticos das elites políticas alocadas no interior de seu partido, pode inclusive ter feito uma leitura adequada sobre o funcionamento e comportamento dos partidos políticos brasileiros.

Nossa pesquisa de doutorado realizada no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sobre a sub-representatividade da população negra brasileira nas dimensões do Legislativo, revela que os

recursos do fundo partidário, podem não ser destinados proporcionalmente para todos os candidatos. Estes poderão ser, contudo, destinados àqueles candidatos que os partidos julgam potencialmente elegíveis. Todos os demais candidatos e candidatas são, a rigor, úteis para auxiliarem eleger exclusivamente os candidatos previamente escolhidos pelos partidos e seus financiadores que, tendo interesses políticos pontuais, por sua vez, artificialmente e por razões óbvias, se negam financiar os candidatos mais pobres e negros.

Da mesma maneira que os brasileiros mais ricos não se declaram abertamente contra a adoção de cotas raciais e de gênero no Legislativo. Contudo, trabalham nos bastidores do poder para não aprovação desta medida de reparação e inclusão social, por algumas razões relativamente simples.

A adoção de cotas raciais no Legislativo implicará diretamente na redução de parlamentares brancos nestas dimensões de poder. Retirá das oligarquias brasileiras o privilegio delas ocuparem quase que integralmente estes espaços e poderá obrigar-lhes a fazerem um rearranjo político com novos atores políticos como os negros e as mulheres, por exemplo.

Portanto, a proliferação de candidaturas pobres e negras desestruturadas opera um sistema de benefício com resultados muito previsíveis para os negros.

Constatamos em nossa pesquisa de campo a emergência do negro trabalhador-candidato, que mesmo sem quaisquer recursos e sem amparo de seus partidos políticos, estes eram incentivados a prosseguirem com suas aspirações legislativas já previamente derrotadas na origem, em razão de sua desestruturação.

Estes indivíduos, não obstante estarem registrados como candidatos regulares, muitos antes eles tinham que cumprir com a obrigação de sustentarem as suas mulheres e filhos. Somente ao final de sua jornada

regular de trabalho na iniciativa privada é que eles podiam trabalhar em suas campanhas eleitorais. Ou seja, enquanto seus concorrentes mais ricos e brancos podiam trabalhar em suas campanhas com todo o tempo livre que dispunham, os negros-trabalhadores-candidatos se viam presos a suas obrigações profissionais para a manutenção de sua sobrevivência e de seus familiares.

Sendo certo, por esse prisma, o que falta aos brasileiros negros, não é exclusivamente igualdade de direitos, mas essencialmente igualdade de oportunidades e solidariedade política que lhes permitissem sair das periferias das panelinhas caucasianas artificialmente edificadas com o propósito de não reconhecê-los como seus iguais e impedirem que eles possam ser politicamente mais ativos. Sua suposta incompetência política artificializada pode estar associada aos interesses políticos das elites brasileiras brancas dominantes.

As desigualdades sociais no Brasil, tem permitido que o monopólio da representação legislativa permaneça concentrado exclusivamente nas mãos das oligarquias políticas, as quais se encontram firmemente organizadas para se perpetuarem no poder.

Portanto, torna-se indispensável que os brasileiros negros consigam romper os obstáculos artificialmente construídos para impedir a sua mobilidade social ascendente e ingressar naturalmente no interior das panelinhas caucasianas a fim de torná-las proporcionalmente diversas em termos raciais, justas em termos de gênero e menos excludentes socialmente.

Douglas Belchior, ao denunciar publicamente que os partidos políticos brasileiros são racistas, antes de qualquer outro possível entendimento desta sua fala corajosa e histórica, Belchior revelou seu completo conhecimento de como funcionam as instituições brasileiras, os

partidos políticos e os mecanismos que permitem os arranjos políticos nos bastidores dos partidos e das instituições para ocupação do poder no Brasil.

Torna-se necessário compreender a entrevista de Douglas Elias Belchior também como uma forma de resistência ao modelo de exclusão social vigente, edificado no Brasil com o propósito de preservar a supremacia de brancos nos espaços de poder e tomada de decisões políticas, presente também no interior dos partidos políticos brasileiros. Com os racistas, é preciso falar duro para não cair no jogo de uma aparente cordialidade a que se referiu Holanda (2009).

Assim, políticos como Belchior que expressam autonomia política, vista pelas elites dominantes como uma rebeldia, estes devem, por isso mesmo, já serem tolhidos e impedidos de fazerem progresso político na origem. Ou seja, no interior de seu próprio partido.

A negação e supressão de receitas suficientes para certos candidatos negros progressistas pode ser não exclusivamente uma forma de racismo político, como pode ser igualmente uma forma de controle político operado pelas oligarquias dominantes no interior dos partidos políticos brasileiros, as quais podem desejar não ter no Parlamento parlamentares que se oponham à sua hegemonia política. E principalmente que estes na condição de postulante ao Legislativo, não sejam jamais financiados com os seus recursos.

Assim, para as classes políticas dominantes brasileiras, pouco pode importar o espectro ideológico dos partidos, desde que estes atendam rigidamente as suas ordens no exercício do mandato que elas através das doações realizadas para os diferentes partidos, auxiliaram a constituir.

Estamos supondo que o financiamento público de campanha, poderia reduzir ou retirar totalmente das mãos destas elites brasileiras dominantes seu poder de pressão e ao mesmo tempo dar maior liberdade e autonomia política aos parlamentares brasileiros que, sem o financiamento público de

campanha política, alguns deles se tornam dependentes das doações realizadas por particulares com interesses políticos próprios, como ficam igualmente comprometidos a sua autonomia parlamentar e o seu mandato legislativo.

Nesta perspectiva, a entrevista de Belchior, portanto, não deve ser vista como uma insubordinação ao seu partido. Estamos supondo que ela pode ser vista principalmente como um desejo de um político jovem e corajoso que se propõe a exercer o seu mandato de maneira autônoma e segundo a linha programática de seu partido, o PSOL., visando atender especialmente as demandas políticas da população brasileira mais pobre, negra periférica e socialmente carente de representatividade política nas instancias do Legislativo objetivando participar efetivamente da vida política nacional a fim de poder tomar ela própria as decisões políticas que atendam também os interesses da maioria dos brasileiros.

Portanto, estamos supondo que podemos concluir este nosso singelo texto com as reflexões do professor José Moura Gonçalves Filho, a qual parece acertadamente resumir o entendimento da entrevista de Negro Belchior.

*“O negro é quem, para caminhar, precisa abrir caminho: para agir precisa reagir. Alguém que impedido, não só resiste, mas afinal fura o impedimento”.*⁵

⁵ Gonçalves Filho, José Moura “A dominação Racista: O passado presente” in Kon, Silva e Abud Orgs, “ O Racismo e o negro no Brasil” Ed. Perspectiva, São Paulo, 2017

Referencias Bibliográficas

ADORNO, Luis, - *Jornal Folha de São Paulo*, Edição 23/07/2018

ADORNO, Sergio – Discriminação racial e justiça criminal, *Novos Estudos*, Novembro de 1995, São Paulo, p.45 Núcleo de Estudos da Violência USP, Geledés.

CARNEIRO, Aparecida Sueli, GAP – Banespa – Censo Demográfico de 1980 suas curiosidades e preocupações. São Paulo: Geledés / Instituto Ethos, 2002.

CONCEIÇÃO, Ísis Aparecida “*Racismo estrutural no Brasil e Penas Alternativas*” Curitiba, 2011

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil 1988

FERNANDES, Florestan “*O Mito Revelado*”, *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 1980.

GASPAR, Osmar Teixeira “*Direitos Políticos e Representatividade da População negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo E Câmara Municipal de São Paulo*, Faculdade de Direito da USP,

São Paulo, 2017

_____”*Mídias Concessão e Exclusão*” Um estudo sobre a invisibilidade seletiva da população negra brasileira produzida pelos meios de comunicação de massa” Faculdade de Direito da USP, Dissertação de Mestrado.

GASPAR, Osmar Teixeira e RIBEIRO, Sonia Maria “*Racismo no Brasil*” Jornal Diário de Taubaté, Taubaté – São Paulo, 2008

GONÇALVES FILHO, José Moura “*Dominação Racista: “O passado presente”*”, In Noemi Moritz Kon, Maria Lucia da Silva, Cristiane Curi Abud Orgs, “*O Racismo e o negro no Brasil*” Editora Perspectiva São Paulo, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, “*Classes, Raças e Democracia*” São Paulo, 2012

HOLANDA, Sérgio Buarque, “*Raízes do Brasil*” São Paulo, 2009

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

KAMEL, Ali, “*Não Somos Racistas*” São Paulo, São Paulo, 2006

MILLS, Charles – “*Elite do Poder*” (1956) Zahar, 1975, Rio de Janeiro

MILLS Wade, Charles “*Contrato Racial*”, Cornell University Press, 1997

MUNHOZ, Maria Letícia Puglisi “*Direitos Humanos e discriminação Racial*” , *Tese de Doutorado, Faculdade de Direito da USP*”, 2015

MUNANGA, Kabengele “*História do Negro no Brasil*” Brasília, 2004

----- Estratégias políticas de combate a
Discriminação racial, Edusp, 1996.

Schucman, Lia Vainer “Entre o “*encardido*” o “*branco*” e o “*branquíssimo*”

Tese de Doutorado USP (2012)